



BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 06.977.745/0001-91

Companhia Aberta de Capital Autorizado



(i) Reconhecimento de opções de ações e ações restritas (nota 5.3). (ii) Refere-se ao efeito da transação de opção de venda com acionistas não controladores. Reserva de lucros: Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de juros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, no montante de R\$14.006.862 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Atendendo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excedente na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. No exercício de 2021, os dividendos mínimos obrigatórios realizados e provisionados totalizaram o montante de R\$ 4.404. No exercício de 2021, a Companhia constituiu o montante de R\$ 142.561 distribuídos entre reserva legal e reserva de retenção de lucros. (Em 31 de dezembro de 2020, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício, absorveu dessa reserva o montante de R\$ 293.879). A seguir a composição da reserva de lucros:

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	111.760	102.412
Retenção de lucros (i)	883.543	750.330
Reserva de lucros	995.303	852.742

(j) A retenção é realizada nos termos do artigo 196 da Lei das S.A., com base no orçamento de capital divulgado pela administração da Companhia a ser aprovado em Assembleia. 5.1. Partes relacionadas: As operações realizadas com partes relacionadas referem-se, principalmente, a transferência de valores da Companhia entre controladora e demais empresas ligadas de forma a cobrir eventuais despesas correntes da operação. Os saldos com partes relacionadas não são atualizados monetariamente ou acrescidos de juros e não possuem prazo de vencimento definido. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui com suas partes relacionadas o montante líquido devedor de R\$ 31.619 (R\$14.200 devedor em 31 de dezembro de 2020). Adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC: Controladora: Em 31 de dezembro de 2021, os AFAC's totalizavam R\$ 87.881 (R\$19.345 em 31 de dezembro de 2020) com suas controladas. Como histórico nos últimos anos, tais adiantamentos têm caráter permanente. Em 2021 e não são remunerados ou sofrem atualização monetária. A Companhia tem a intenção de integralizar os adiantamentos em até 365 dias a partir da efetiva realização. Receitas/custos dos serviços de administração e comercialização de Shoppings: A BR Malls Administração, BR Malls Administração e Comercialização 03 Ltda. e BR Malls Administração e Comercialização 02 Ltda prestam serviços de administração, planejamento, gerenciamento, comercialização, implantação e operação de shopping centers e empreendimentos comerciais de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, assim como coordena a aquisição e locação de imóveis para exploração comercial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita proveniente dos shoppings próprios, no montante de R\$ 14.534 (R\$ 12.519 em 31 de dezembro de 2020), foi eliminada na apresentação do consolidado. Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração incluindo os encargos sociais, a qual contempla os conselheiros e diretores, está composta a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	(12.561)	(11.857)
Benefícios rescisórios	(37)	(1.448)
Participação nos lucros e resultados	(8.715)	(4.540)
	(21.313)	(17.845)

O pessoal-chave da administração, exceto os conselheiros, e os funcionários eleitos possuem planos de ações restritas. O efeito líquido devedor no resultado foi de R\$ 7.699, incluindo a provisão dos encargos (em 31 de dezembro de 2020 o efeito líquido credor no montante de R\$ 3.964). 5.2. Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais: Política contábil: A Companhia e suas investidas estão expostas a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível. As possibilidades de perda com os processos judiciais são classificadas como "prováveis", "possíveis" ou "remotas" conforme o risco das mesmas se materializarem em perda para a Companhia e suas investidas. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que na avaliação da Administração da Companhia, que se baseia na posição de consultores jurídicos externos e internos são consideradas como possibilidade de perda provável, ou seja, aos quais é provável que haja saída de recursos para liquidação e obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de perícias fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais considerados como possibilidade de perda provável estão demonstrados abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Tributários (i)	3.581	5.080
Trabalhistas e previdenciários (ii)	3.293	3.098
Cíveis (iii)	9.253	8.483
Total	16.227	16.661
Circulante	3.900	5.784
Não circulante	12.727	10.877

(i) Refere-se principalmente ao processo de IPTU do Fashion Mall, no montante de R\$ 3.147. (ii) Processos judiciais relacionados a discussão de encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços; e (iii) Na controladora, referem-se em sua maior parte ao processo de multa aplicada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) no montante de R\$ 6.801 (R\$6.512 em 31 de dezembro de 2020). No consolidado, somado ao efeito da Companhia, referem-se principalmente à empresa CIMA, explicado em sua maioria por ações civis referentes às promessas de compra e venda registradas nas matrículas de imóveis do Shopping Tijuca no montante de R\$ 22.404 (R\$18.814 em 31 de dezembro de 2020), além de processos por inadimplemento contratual perante fornecedores da obra da construção do Shopping Tijuca, cuja responsabilidade da Companhia decorreu dos termos de compra e venda da empresa CIMA, nos montantes de R\$ 5.301 (R\$ 4.426 em 31 de dezembro de 2020), e de R\$ 2.913 (R\$ 2.536 em 31 de dezembro de 2020) e promoção de consertos dos defeitos decorrentes da construção do empreendimento "Parque Palos Verdes", no montante de R\$ 1.647 (R\$ 1.579 em 31 de dezembro de 2020). A movimentação das provisões por natureza está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019		
Atualização	59	2.675
Pagamentos	16	251
Constituição (i)	5.005	842
Reversão	-	(670)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.080	3.098
Atualização	398	883
Constituição (ii)	2	997
Pagamentos (iii)	(1.899)	(937)
Reversão	-	(748)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.581	3.293

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019		
Atualização	548	4.779
Pagamentos	31	534
Constituição (i)	5.005	1.163
Reversão	(2)	(1.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.080	5.787
Atualização	420	1.668
Constituição (ii)	2	1.013
Pagamentos (iii)	(1.905)	(938)
Reversão	-	(1.511)
Alienações (iv)	-	(125)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.099	5.989

(i) Constituições tributárias se referem principalmente aos processos de mandato de segurança-ITBI do Villagio Caxias, no montante de R\$1.875 e IPTU da Fashion Mall, no montante de R\$2.820. (ii) No consolidado, houve complemento de constituição de R\$ 2.585 em ação de desfazimento contratual com devolução de valores pagos acumulados com perdas e danos, ajustada contra a Cima Empreendimentos do Brasil, em razão de decisão desfavorável em sede de recurso; (iii) Na controladora, o pagamento da

contingência tributária se refere ao processo de mandato de segurança-ITBI do Villagio Caxias, com suas devidas atualizações. No consolidado, os principais impactos das contingências cíveis estão no acordo feito na Cima Empreendimentos do Brasil, no valor de R\$ 693, atrelado a uma divergência frente ao contrato pactuado, e ao ação renovatória, ocorrido na Cia Santa Cruz, no valor de R\$ 1.147; (iv) Alienação da Cascavel Holding, conforme nota explicativa 1.1. Os depósitos judiciais são demonstrados conforme a natureza das suas respectivas causas:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Tributários (i)	32.578	31.991
Trabalhistas e previdenciários	100	853
Cíveis	2.015	2.354
Em garantia	-	12
	34.693	35.198

(i) Referem-se principalmente aos depósitos vinculados aos processos judiciais decorrentes de questionamentos sobre incidência de PIS/COFINS sobre locação e não cumulatividade instituídas pelas leis 10.637/02 e 10.833/03, conforme nota explicativa 3.6, no montante de R\$ 34.689 (R\$ 33.215 em 31 de dezembro de 2020). As contingências classificadas como perdas possíveis, de acordo com os assessores legais da Companhia, totalizam o montante de R\$ 333.814 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 271.558 em 31 de dezembro de 2020), sendo as principais demonstradas abaixo: Tributárias: (a) Execução fiscal decorrente dos autos de infração lavrados na Ecisa Participações Ltda. para exigir IRPJ e CSLL relativos ao segundo, terceiro e quarto trimestres do ano-calendário de 2007 e 2008, em razão de aproveitamento fiscal realizado, referente à dedutibilidade do ágio de incorporação reversa das empresas Lyca e Dylpar. O valor estimado da causa é de R\$ 34.953 (R\$34.171 em 31 de dezembro de 2020); (b) Autos de infração lavrados contra Profito Holding Participações S.A. para exigir IRPJ e CSLL relativos ano-calendário de 2010, com acréscimo de juros moratórios, multa de 75% e multa isolada, em razão de (i) suposto aproveitamento fiscal de ágio realizado indevidamente e (ii) exclusões das bases de cálculo dos tributos mencionados. O valor estimado da causa é de R\$ 30.005 (R\$29.224 em 31 de dezembro de 2020). (c) Execução fiscal em trâmite no estado do Rio de Janeiro, referente à cobrança de IPTU de terrenos municipais. O valor estimado da causa é de R\$ 40.918 (R\$ 398 em 31 de dezembro de 2020). (d) Exigência de multa de 50%, prevista na alínea 'b', do artigo 12, da Lei nº 4.357/64, sobre os lucros distribuídos pela Ecisa Engenharia Ltda. para a BR Malls Participações S.A., em setembro e novembro de 2011, tendo em vista que, em tal período, a empresa possuía débitos não garantidos perante a União. O valor estimado da causa é de R\$ 7.256 (R\$ 7.085 em 31 de dezembro de 2020); e (e) Auto de infração lavrado para exigir PIS/COFINS sobre as receitas de aluguel e IRPJ e CSLL no ano calendário de 1999 e 2002 sobre o suposto lucro obtido pelo Condomínio Amazonas Shopping. O valor estimado de causa é de R\$ 32.801, considerando a participação de 27,96% da BR Malls no Condomínio Amazonas Shopping à época (R\$ 32.307 em 31 de dezembro de 2020) e o referido processo se refere a fato gerador anterior aquisição da participação no empreendimento pela BR Malls Participações S.A., portanto em caso de perda deverá ser atribuído aos antigos proprietários de acordo com o contrato de venda celebrado. Cíveis: (a) Em 20 de fevereiro de 2012, a Incorporadora Shopping Center Capim Dourado foi citada em Ação cível pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, com o objetivo de comprovar suposto dano ao arário em razão do preço pago pelo terreno, onde hoje está construído o Shopping Capim Dourado, tendo sido informado ao que o valor do mercado. O valor da causa é estimado de R\$ 46.065 (R\$ 42.087 em 31 de dezembro de 2020). (b) Em novembro de 2021, a Companhia recebeu notificação de pedido de instauração de procedimento arbitral apresentado por 51 Participações - EIRELI, que versa sobre questões decorrentes da sua condição de acionista da Delivery Center Holding S.A. com base no valor estimado pelos requerentes, o valor da causa é de R\$ 8.585, considerando a responsabilidade equivalente a 61,32% da BR Malls Participações S.A. no procedimento arbitral. 5.3. Planos de remuneração baseado em ações: Plano de remuneração em ações: A Companhia possui 3 (três) Planos de Incentivo de Longo Prazo, sendo eles o Plano de Performance Shares, o Plano de Matching Shares e o Plano de Ações Restritas ("Planos de ILP"), destinados aos seus Participantes, sendo eles administradores e empregados selecionados da BR Malls. A despesa é reconhecida proporcionalmente pelo período compreendido entre a data da outorga e a efetiva transferência do direito sobre as ações. A provisão dos encargos sociais é atualizada mensalmente de acordo com o valor de fechamento da ação da Companhia. Conforme determinado no CPC 10, devido às características específicas de cada plano, a Companhia esclarece que adotou a seguinte metodologia para o cálculo do valor justo, sendo estas: (i) o Plano de Performance Shares foi calculado com base no preço de fechamento da ação da BR Malls naquela data. Para a melhor estimativa do cálculo da probabilidade de atingimento do fator de desempenho, a Companhia adotou o modelo de precificação utilizando a simulação de Monte Carlo; (ii) o Plano de Matching Shares e Plano de Ações Restritas, foram calculados na data da outorga respectiva, considerando o valor da ação da BR Malls naquela data, descontado-se a expectativa de dividendos futuros; (iii) o Plano de Performance Shares e Plano de Matching Shares O Plano de Performance Shares e o Plano de Matching Shares vigoram em conjunto e são administrados de forma integrada pelo Conselho de Administração, ou seja, somente serão elegíveis ao Plano de Matching Shares, os participantes do Plano de Performance Shares. O valor de outorga de cada Participante será estabelecido no âmbito de programa decorrente do Plano de Performance Shares, observados os termos e limites previstos no referido Plano de Performance Shares. Para as outorgas efetuadas no ano de 2020, o percentual de ações a serem destinadas ao Plano de Performance Shares foi de 70%, sendo os demais 30% destinados, opcionalmente, ao Plano de Matching Shares. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o plano de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações da Companhia, com a finalidade de permitir que empregados e administradores recebam ações de emissão da Companhia. Os objetivos do plano são (i) atrair, reter e motivar empregados e executivos altamente qualificados e (ii) alinhar os interesses de longo prazo entre acionistas, administradores e empregados, estimulando a obtenção de resultados sustentáveis e compartilhando a criação de valor, bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais. Em 28 de maio de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração a alteração do Planos de ILP, passando o mesmo a abranger até 11.500.000 (onze milhões e quinhentas mil) de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser dividido em programas de incentivo em ações, os quais serão emitidos por determinação do Conselho de Administração, que poderão abranger o máximo de 2.300.000 (dois milhões e trezentas mil) de ações anualmente, exceto, para os anos de 2020 e 2021, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2020. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, foi aprovado o Plano de Matching Shares de até 690.000 (seiscentos e noventa mil) ações, através do qual foram outorgadas 552.322 (quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e duas) ações. A Companhia concedeu aos participantes, o direito de adquirir ações de emissão da Companhia e, para aqueles que exerceram esse direito e respeitaram o prazo de carência e de lock-up de três anos, durante o qual deverá manter tais ações, e todas as demais regras, incluindo os termos e condições aplicáveis, a Companhia concederá qual quantidade de ações adquiridas, após tal período. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2021 foi aprovado o 6º Plano de Performance Shares de até 2.265.194 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, cento e noventa e quatro) ações, por meio do qual foram outorgadas 1.857.762 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e duas) ações e o 2º programa do Plano de Matching Shares de até 679.558 (seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e oito) ações, por meio do qual foram outorgadas 671.024 (seiscentos e setenta e uma mil e quatro) ações. A Companhia concedeu aos participantes, o direito de adquirir ações de emissão da Companhia e, para aqueles que realizaram a opção e para cada ação adquirida pelo Participante, e que mantiveram em sua propriedade durante o período de 3 (três) anos, a Companhia atribuirá e transferirá, sem custo, uma ação ordinária de sua emissão. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2021 foi aprovado o 7º Plano de Performance Shares de até 700.000 (setecentas mil) ações, por meio do qual foram outorgadas 700.000 (setecentas mil) ações. O 7º Programa, conforme proposta da Administração na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2020, é o Programa Extraordinário, com o objetivo de reter talentos fundamentais para a execução da nova estratégia da Companhia, sendo facultada a opcionalidade de destinar parte de sua remuneração de longo prazo ao Plano de Matching Shares. Abaixo informações detalhadas dos programas outorgados de Performance Shares:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa
	ma (ii)	ma (ii)	ma (ii)	ma (ii)	ma (ii)	ma (ii)	ma (ii)
Programas	1.524.620	1.552.457	1.276.466	1.726.086	400.000	1.857.762	700.000
Ações outorgadas	10/07/2017	25/06/2018	11/07/2019	18/12/2020	18/12/2020	01/07/2021	01/12/2021
Data da outorga das ações	12,09	9,35	14,93	10,39	10,39	9,92	8,65
Preço na data da outorga em R\$ (i)	18,433	14,515	19,058	17,934	4,156	18,429	6,055
Valor justo na data da outorga (i)							
Volatilidade do preço da ação em 31 de dezembro de 2021	34,73%	34,73%	34,73%	34,73%	34,73%	45,96%	44,60%
Probabilidade de atingimento do fator de Performance em 31 de dezembro de 2021	2,80%	39,95%	38,17%	76,20%	76,20%	70,15%	68,20%
(i) Valores originais calculados no momento das outorgas, atualizados com bonificações, desdobramentos e pagamento de dividendo quando previsto no Plano de Performance Share. (ii) O número base de ações de cada programa se tornará disponível em um período de até 5 (cinco) anos, dividido em 4 (quatro) lotes, podendo o primeiro ser exercido apenas após 24 meses. Cada lote é formado por 25% (vinte e cinco por cento) do número base de ações do participante, entretanto, a quantidade de ações efetivamente concedidas ao participante em cada data de vesting corresponderá ao número base de ações do participante liberado multiplicado por um fator de performance estabelecido pela Companhia. (iii) Deve ser respeitado o prazo de carência e lock-up							

de três anos, composto por 1 (um) lote, além de todas as demais regras, cláusulas e condições aplicáveis. c) Plano de Ações Restritas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020 foi aprovada a emissão do Plano de Ações Restritas ("Ações Restritas"), de até 671.024 (seiscentos e setenta e uma mil e vinte e quatro) ações. O Plano de Ações Restritas será outorgado em casos excepcionais somente para atração de novos talentos que tenham habilidades críticas e específicas para o sucesso da Companhia, relacionadas à execução da estratégia digital e de omnicanalidade. A concessão de ações de emissão da Companhia será gratuita, sendo certo que somente serão atribuídas e transferidas aos participantes ao final do prazo de quatro anos a contar da data de celebração do respectivo contrato de outorga. Movimentação dos planos de remuneração em ações

	Ações não exercidas		Ações com performance		Ações outorgadas		Ações não exercidas		Provisão / reversão no resultado do exercício (i)		Saldo contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Performance	4.175.833	965.279	2.557.762	6.562.238	6.562.238	7.388	1.800	13.367	1.800	13.367	5.989	5.989
1º Programa	677.748	(338.874)	-	338.874	338.874	860	(27)	219	219	219	219	219
2º Programa	1.018.520	(339.507)	-	679.013	679.013	(14)	(2.267)	1.028	1.028	1.028	1.028	1.028
3º Programa	1.147.351	(286.848)	-	860.503	860.503	(499)	343	3.248	3.248	3.248	3.248	3.248
4º Programa	1.726.086	-	-	1.726.086	1.726.086	(4.230)	124	4.352	4.352	4.352	4.352	4.352
5º Programa	400.000	-	-	400.000	400.000	(1.104)	27	1.131	1.131	1.131	1.131	1.131
6º Programa	-	-	-	1.857.762	1.857.762	(2.286)	-	2.286	-	2.286	-	2.286
7º Programa	-	-	-	700.000	700.000	(113)	-	113	-	113	-	113
Matching shares	552.322	-	-	407.427	959.749	(2.402)	61	2.464	61	2.464	61	2.464
1º Programa	552.322	-	-	552.322	552.322	(1.746)	61	1.808	61	1.808	61	1.808
2º Programa	-	-	-	407.427	407.427	(656)	-	656	-	656	-	656
	671.024	-	-	671.024	671.024	(1.727)	-	1.789	-	1.789	-	1.789
Ações restritas	6.198.978	(965.229)	-	2.965.188	6.193.011	(1.515)	6.672	17.620	6.672	17.620	6.105	6.105

(i) Do efeito de reconhecimento no resultado, na rubrica de despesas com pessoal, R\$ 204 impactou o passivo circulante por prover liquidação monetária e R\$ 11.311 no patrimônio líquido, por prover liquidação em ações. Adicionalmente devido à mudança na forma de liquidação de parte das ações outorgadas houve reclassificação de R\$382 do patrimônio líquido para o passivo circulante. (ii) Em 2020 houve também a provisão de R\$ 17 referente ao stock options. 5.4. Impostos diferidos: Política contábil: O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas, usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Composição: Os saldos apresentam-se como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais (i)	347.814	337.918
Bases negativas de contribuição social (i)	125.213	121.650
Diferenças temporárias		
Provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais	7.907	5.275
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa e aportes condominiais	48.312	42.711
Demais diferenças temporárias	1.055	901
Total dos créditos diferidos	530.301	508.455
Propriedade para investimento	(1.587.855)	(1.571.145)
Mais valia reconhecida em combinação de negócios	-	(24.479)
Linearização	(9.973)	(15.250)
Custo de captação	(4.599)	(9.301)
Total dos débitos diferidos	(1.602.427)	(1.595.696)
Total líquido	(1.072.126)	(1.087.241)
Passivo não circulante	(1.072.126)	(1.087.241)
(i) O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acima demonstrados, referem-se às subsidiárias Alvear, Natlca, Cima, SPE Fortuna, Curitiba e à controladora BR Malls Participações S.A. Além do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa contábil, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 180.921 (R\$ 140.123 em 31 de dezembro de 2020) correspondem a créditos sobre prejuízos fiscais e base negativa não registrados por falta de perspectiva de lucro tributável futuro. Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social levam em consideração o lucro líquido ajustado pelas regras da legislação tributária, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o lucro tributável. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de resultados futuros da Companhia. Período realizável estimado: Os valores dos créditos tributários diferidos líquidos da não realização do ativo fiscal diferido, apresentam as seguintes expectativas de realização:		

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Exercício		
2022		8.902
2023		14.187
2024		14.577
2025		604.248
De 2026 a 2030		653.860

A expectativa de realização acima considerou a projeção de lucros tributáveis para os próximos 10 anos e a redução de 30% do passivo fiscal diferido em caso de alienação pelo valor justo das propriedades para investimento. 5.5. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas competitivas com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração